

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
UNIDADE ACADÊMICA DE TRÊS RIOS**

As Cooperativas como Fonte de Geração de Trabalho e Renda

ELISANDRA SOUZA RAMOS

2009

i



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
UNIDADE ACADÊMICA DE TRÊS RIOS

As Cooperativas como Fonte de Geração de Trabalho e Renda

ELISANDRA SOUZA RAMOS

Sob a orientação do professor Herley de Carvalho Júnior

Monografia submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Econômicas da UFRRJ Unidade Acadêmica de Três Rios.

Três Rios, RJ.
Dezembro de 2009

Dedico este trabalho a Deus e a meus pais, por tudo que me proporcionaram, contribuindo de forma especial para que eu fosse vitoriosa em mais esta etapa de minha vida.

RESUMO

O desemprego é um dos principais problemas no Brasil atualmente. Porém a sociedade, de certa forma, tem encontrado soluções para reduzir o número de pessoas sem trabalho. O cooperativismo de trabalho vem se tornando uma das alternativas para atenuar o desemprego, onde os próprios trabalhadores unem-se em busca de soluções para geração de renda. A humanidade vive hoje num período de grandes e complexas conquistas científicas e tecnológicas a uma velocidade crescente. Este processo acelera o sistema econômico capitalista, e gera a globalização e, conseqüentemente o desemprego. As cooperativas são uma resposta para os problemas impostos por essa nova ordem mundial. Por um lado, geram empregos, por outro, são um contrapeso à concentração de riquezas. A concentração de empresas que representam milhões de co-proprietários cooperativados é um processo que reforça as condições para uma melhor redistribuição da renda e das oportunidades. Atualmente, as cooperativas já representam um papel de grande importância na sociedade brasileira, mediante a geração de riquezas, de mercado de trabalho e do fortalecimento da economia. Desta forma, viu-se a possibilidade de se elaborar um trabalho que pudesse estudar as cooperativas, seu desenvolvimento e sua importância para a economia e para a geração de emprego no país.

Palavras-Chave: Cooperativas; Trabalho; Emprego; Renda; Desemprego.

LISTA DE FIGURAS

	página
Figura 1 - Representação dos Objetivos das Cooperativas	10
Figura 1 - Taxa de Desemprego Brasileira – 1992 a 2004	15
Figura 3 - Evolução do número de cooperativas no Brasil pós década de 90	33

LISTA DE SIGLAS

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

OCB – Organização das Cooperativas do Brasil

CC/02 – Código Civil Brasileiro de 2002

SUMÁRIO

	PÁGINA
RESUMO	iv
LISTA DE FIGURAS	v
LISTA DE FIGURAS	vi
1 – INTRODUÇÃO	8
1.1 - Objetivos	9
1.1.1 - Objetivo Geral	9
1.1.2 - Objetivos Específicos	9
1.2 - Definições e Metodologia	9
2 – HISTÓRICO E CONCEITO DAS COOPERATIVAS	11
2.1 – As Cooperativas	11
2.2 – O Surgimento do Cooperativismo	13
2.3 – Estrutura Organizacional das Cooperativas	14
2.4 – Classificação das Cooperativas	16
2.5 – Desenvolvimento do Cooperativismo no Brasil	17
3 – GESTÃO COOPERATIVA	19
3.1 – A Autogestão	19
3.2 – Os Princípios Cooperativistas	20
3.3 – Os Desafios da Gestão Cooperativa	22
4 - COOPERATIVAS COMO GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	25
4.1 – O Surgimento das Cooperativas de Trabalho	25
3.2 – Mudanças no Mercado de Trabalho	28
3.3 – As Cooperativas como Opção para as Deficiências do Mercado de Trabalho	31
3.4– Cooperativas de Trabalho no Brasil	33
3.4.1 – O Desenvolvimento do Setor	33
3.4.2 – Divergências em Relação ao Papel das Cooperativas	36
4 - CONCLUSÃO	39
5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

1 INTRODUÇÃO

A cooperação sempre esteve presente na história do homem. Desde o início da civilização já utilizávamos da união para alcançar nossos objetivos. Assim, com a evolução humana, aprendemos que a coletividade é a chave para a resolução dos problemas, e a ajuda mútua faz com que a sociedade se torne mais forte. O cooperativismo é tido como um movimento, uma filosofia de vida ou um modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Segundo Siqueira (2002) a cooperativa é uma associação de pessoas que se unem voluntariamente, para satisfazer anseios e necessidades comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida. Devido às barreiras enfrentadas, a sociedade busca formas de se proteger e solucionar seus problemas, e a associação em cooperativa tem justamente esse intuito. Surgem as cooperativas de acordo com os anseios dos que a compõe, como as cooperativas de crédito, de trabalho, as cooperativas educacionais, cooperativas de saúde, além de outras (Reis, 1999). Diante das dificuldades de conseguir um emprego e gerar renda, por exemplo, várias categorias profissionais vêm se unindo para criação de cooperativas, como forma de facilitar a prestação de serviços além de conseguir algumas facilidades e vantagens para abrir um negócio. Temos assistido desde meados da década de 1990 ao grande crescimento do número de cooperativas. Dentre os diversos tipos de novas cooperativas surgidas nesse período no Brasil sejam elas de consumo, de crédito, de produção e de serviços, destacam-se aquelas em que pessoas se reúnem para obter renda através da fabricação de produtos, de sua comercialização, da oferta de serviços ou, ainda, da venda da mão-de-obra de seus sócios a terceiros. As cooperativas que tem representatividade no país buscam diferentes setores sociais às transformações que vivemos na economia e na sociedade. Se as empresas buscam a diminuição dos custos do trabalho, lançando mão da terceirização, os trabalhadores, por sua

vez, tomam suas próprias iniciativas de luta pela sobrevivência, incluindo a constituição de cooperativas, seja por meio da recuperação de empresas falidas, em crise, pela reunião em torno de cooperativas populares no contexto da economia solidária.

1.1 – Objetivos

1.1.1 – Objetivo Geral

O objetivo deste trabalho é conceituar as cooperativas, abrangendo seus princípios e seus objetivos. Além disso, demonstrar de que forma as sociedades cooperativas participam do desenvolvimento do país, e são fontes geradoras de emprego e renda.

1.1.2 – Objetivos Específicos

Analisar a questão das cooperativas no Brasil, de que forma contribuem para a economia, especificamente as cooperativas de trabalho, e explicar a associação em cooperativa como fonte de geração de emprego, e como ela pode ser uma alternativa para a diminuição do desemprego no país.

1.2 – Definições e Metodologia

Os níveis de desemprego e pobreza crescem a cada dia devido às constantes mudanças no cenário social e econômico. Neste contexto, surge o cooperativismo, visando à

solução de problemas através da solidariedade e das pessoas. É notório que a sociedade necessita de soluções urgentes para seus problemas. Para isso, tem aplicado o cooperativismo de trabalho, na tentativa de diminuir as mazelas sociais causadas pela lentidão e ineficiência de políticas implantadas pelo governo, além de diminuir também os agravantes causados pela globalização. A classe trabalhadora hoje entende que terá que fazer por ela mesmo o que é necessário, e não aguardar que a economia se estabilize ou o mercado se torne mais favorável (Martins, 2003).

As cooperativas de trabalho e de produção surgiram juntamente com o trabalho industrial e o crescimento do movimento operário. O trabalho busca estudar o cooperativismo a partir da década de 90, momento em que se iniciaram no Brasil grandes mudanças, de cunho social e político, e que de certa forma, implantaram uma nova ordem econômica no país.

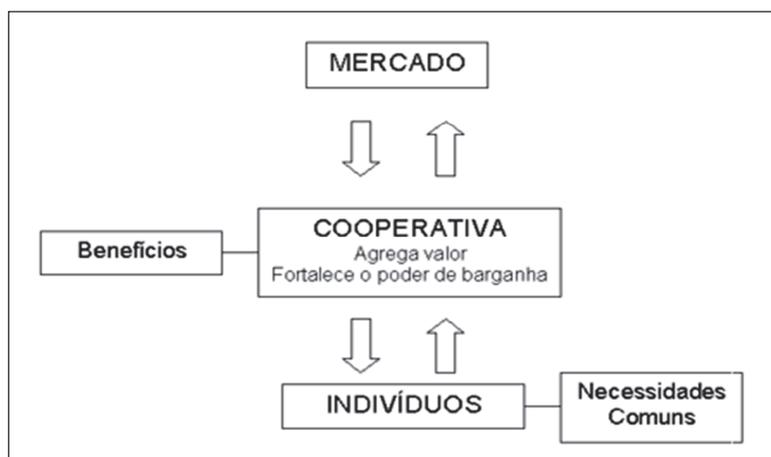
Para tal, serão feitas revisões bibliográficas de livros, artigos, teses, dissertações, monografias e pesquisas. Além disso, dados estatísticos disponibilizados por instituições como o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, e fontes oficiais, disponibilizadas nos sites do governo federal.

2 – HISTÓRICO E CONCEITO DAS COOPERATIVAS

2.1 - As Cooperativas

O termo “cooperativa” possui várias definições que variam conforme a época e os princípios doutrinários em que foram elaboradas. Basicamente o que se procura ao organizar uma cooperativa é melhorar a situação econômica de determinado grupo de indivíduos, solucionando problemas ou satisfazendo necessidades comuns, que excedam a capacidade de cada indivíduo em satisfazer isoladamente (Santos, 2005). A cooperativa é então, um meio para que um determinado grupo de indivíduos atinja objetivos específicos, através de um acordo voluntário para cooperação recíproca, como vemos na Figura 1.

Figura 1
Representação dos Objetivos das Cooperativas



Fonte: Reis, 1999.

Embora uma cooperativa possa ser similar às empresas e associações, a diferença principal está na sua finalidade, na forma de propriedade e de controle, e na distribuição dos benefícios por ela gerados.

Para organizar essas características e possibilitar uma forma harmônica para o sistema, foram estabelecidos os princípios do cooperativismo, pelos quais todas as cooperativas devem observar em seu funcionamento, na sua relação com os cooperados e com o mercado.

De acordo com a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB, 2006), as cooperativas são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida.

Elas se baseiam em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade e, seus princípios históricos e suas características legais, têm como um de seus aspectos marcantes a forma como a gestão dos seus negócios é realizada. Via de regra, a eleição da diretoria e dos conselhos das cooperativas ocorre através do voto direto dos seus cooperados, que também participam das assembleias para tomada de decisões e prestação de contas. A gestão das cooperativas também é associada à sua autogestão, colocando a participação como questão central na condução dos negócios das cooperativas (ODA, 2001).

O mesmo autor destaca que as cooperativas possuem a característica básica de serem organizações que não visam o lucro, pois os resultados obtidos por elas, as sobras e os excedentes, não objetivam a remuneração do capital. O objetivo por trás dos resultados obtidos pelas cooperativas é a remuneração do trabalho dos seus cooperados.

2.2 – O Surgimento do Cooperativismo

A busca de alternativas, perante os efeitos excludentes do capitalismo, a partir de teorias e experiências baseadas na associação econômica e na propriedade solidária, não é uma tarefa nova. O pensamento e a prática cooperativista são tão antigos quanto o capitalismo industrial.

O cooperativismo moderno surgiu junto com a Revolução Industrial, com o surgimento das máquinas a vapor, como forma de amenizar os traumas econômicos e sociais que assolavam a classe de trabalhadores com suas mudanças e transformações. Sua origem é da primeira fase da Revolução Industrial (1760-1850). Durante décadas, na Inglaterra e na França, foram organizadas diversas sociedades com características de cooperativas. Esses movimentos de cooperação foram conduzidos por idealistas, como Robert Owen, Louis Blanc, Charles Fourier, entre outros, que defendiam propostas baseadas nas idéias de ajuda mútua, igualdade, associativismo e auto-gestão.

Considerados por muitos os precursores do cooperativismo, estes pensadores socialistas começaram a estudar as formas de organização das civilizações antigas, até que descobriram a cooperação como instrumento de organização social. Com isto começaram a divulgar idéias e experiências destinadas a modificar o comportamento da sociedade (Martins, 2003).

O processo de industrialização, na sua primeira etapa, fez com que os artesãos e trabalhadores rurais migrassem para as grandes cidades, atraídos pelas fábricas em busca de melhores condições de vida. Essa migração fez com que houvesse excesso de mão-de-obra, resultando na exploração do trabalhador de forma abusiva e desumana. Ao serem prejudicados pelo novo modelo industrial que substituiu o trabalho artesanal, 28 tecelões do bairro de Rochdale, em Manchester, na Inglaterra, decidiram pela criação de uma sociedade

de consumo, baseada no cooperativismo puro. Em 21 de dezembro de 1844, fundaram a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”.

Dispondo de pequenos estoques de farinha, açúcar e aveia, este modesto estabelecimento, administrado pelos seus próprios fundadores, foi alvo de deboche dos tradicionais comerciantes da cidade. Porém, despertou a atenção dos consumidores locais e principalmente das classes trabalhadoras, pela considerável prosperidade. O que aparentemente parecia apenas um armazém, idealizado para oferecer aos seus associados artigos de primeira necessidade, transformou-se na semente do movimento cooperativista.

Os tecelões aperfeiçoaram o sistema e desenvolveram um conjunto de princípios, conhecidos mais tarde como “Princípios Básicos do Cooperativismo”, adotados posteriormente por cooperativas surgidas em diversos países do mundo.

2.3 – Estrutura Organizacional das Cooperativas

A estrutura organizacional é o molde legal que define como se darão as relações entre os cooperadores bem como as relações institucionais da cooperativa com os diversos atores da sociedade: outras cooperativas, empresas privadas, poder público, instituições públicas etc.

No Brasil é a lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971 que rege o cooperativismo, diz o que são as cooperativas, como devem ser formadas e liquidadas, a quem servem e como devem ser estruturadas.

A Lei manteve os conceitos básicos do Decreto n.º 60597/67, definindo a cooperativa como sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados (art. 4º). O art. 3º da

referida lei expressa as idéias básicas do sistema cooperativo: a ajuda mútua entre os associados, que contribuem com bens ou serviços revertidos para benefício comum e a ausência da finalidade lucrativa.

A Constituição Federal de 1988 deu maior liberdade conferida às cooperativas, deixando de existir a exigência de autorização para o funcionamento da sociedade (art. 5º, XVIII, da Constituição Federal). Ademais, o legislador constituinte buscou apoiar e incentivar o desenvolvimento do cooperativismo, dispondo no art. 174, § 2º que “a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo”.

A Constituição regula ainda o tratamento tributário do ato cooperativo, dispõe a respeito das cooperativas de crédito e de garimpeiros. Com a vigência do texto constitucional, algumas normas intervencionistas da Lei n.º 5764/71 foram revogadas, pois diversos artigos da CF/88 referem-se às cooperativas no sentido não só de reconhecê-las, mas de livrá-las das amarras do Estado e de fortalecê-las, por seu princípio inovador e salutar para o crescimento individual.

O Código Civil de 2002 enuncia normas gerais sobre a sociedade cooperativa. O atual diploma civil define a cooperativa como sociedade personificada simples (art. 982, parágrafo único). Na aplicação das normas relativas às sociedades cooperativas, deve-se observar as seguintes regras:

a) primeiramente, aplica-se o CC/2002 na parte referente à sociedade cooperativa, que estabelece normas gerais. Na verdade, essas normas gerais são algumas das normas da Lei das Cooperativas sobre características da cooperativa e responsabilidade dos associados, com nova redação, alterando em alguns pontos as leis de 1971;

b) sendo insuficiente, ou melhor, no que for omissa, observa-se o disposto na Lei n.º 5764/71;

c) por fim, se a Lei das Cooperativas for omissa sobre algum assunto, aplica-se subsidiariamente o disposto sobre as sociedades simples do CC/2002.

2.4 – Classificação das Cooperativas

As sociedades cooperativas podem ser classificadas basicamente levando-se em conta três critérios: a organização federativa, a forma de atividades e as finalidades. De acordo com a organização federativa, as sociedades cooperativas podem ser, conforme art. 6º da Lei n.º 5764/71:

a) singulares, formada pelo número mínimo de vinte pessoas físicas, excepcionalmente permitindo-se a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos;

b) centrais, ou federações de cooperativas, constituídas de, no mínimo, três singulares, podendo excepcionalmente admitir associados individuais, exceto quando as centrais e federais exerçam atividades de crédito (art. 6º, §2º);

c) confederações, constituídas pelo menos de três federações de cooperativas ou as cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades.

Os arts. 7º, 8º e 9º da Lei das Cooperativas estabelecem os objetivos de cada tipo apresentado acima. As cooperativas podem também ser agrupadas de acordo com a forma de atividade a que se destinam, se subdividindo em:

a) Cooperativas de Produção;

b) Cooperativas de Consumo;

c) Cooperativas de Crédito;

d) Cooperativas Mistas.

O terceiro critério de agrupamento refere-se às finalidades buscadas:

a) Para fins sócio-econômicos: as cooperativas de produção, de consumo, de crédito e as mistas almejam melhorar a economia artesanal, doméstica e campesina, e proporcionar aos pequenos empreendedores as vantagens da concentração econômica, financeira e técnica;

b) Para fins políticos: aqui há de se distinguir as cooperativas dos países de economia descentralizada e as cooperativas dos países de economia socialista centralizada. As primeiras têm como meta o fortalecimento de indivíduos e de classes economicamente fracos; as segundas buscam educar os associados propiciando a eles uma mentalidade comunitária, capaz de adequar o coletivismo.

2.5 – Desenvolvimento do Cooperativismo no Brasil

No Brasil existem vários tipos de cooperativas que se distinguem pela natureza de seus associados e/ou atividades desenvolvidas, podendo existir ainda as cooperativas mistas, ou seja, dois ou mais tipos de atividades sendo executados pela mesma empresa.

Uma das primeiras associações cooperativas foi do cooperativismo agropecuário, que são cooperativas de produtores rurais e atividades similares e, ainda, de fornecedores de insumos agropecuários. Já as cooperativas de consumo podem ser abertas ou fechadas, e destinam-se à compra em larga escala de produtos, insumos e serviços para os associados (Ferrari, 1999).

As cooperativas de crédito são bem difundidas no país e podem ser de crédito rural ou de crédito urbano, e visam facilitar o acesso ao crédito, com uma taxa de juros baixa e prestações adequadas para o financiamento de projetos próprios e de compras diversas.

Enquanto isso, as cooperativas educacionais são cooperativas de alunos de escolas de diversos graus e pelas cooperativas de pais de alunos.

Existem ainda as cooperativas especiais, que são cooperativas de deficientes mentais, escolares, de menores de 18 anos, de índios não aculturados, de deficientes físicos e de outras pessoas relativamente capazes. As cooperativas habitacionais visam à construção, manutenção e/ou de administração de conjuntos habitacionais e condomínios.

As cooperativas de produção são cooperativas de bens de consumo, tais como: eletrodomésticos, tecidos, móveis, produtos mecânicos e metalúrgicos e outros bens de consumo nas quais os meios de produção pertencem à pessoa jurídica e os cooperados formam os quadros diretivo, técnico e funcional da empresa. O cooperativismo de serviço tem como objetivo a prestação de diversos serviços comunitários (Zilber, 2002).

Talvez as mais importantes sejam as cooperativas de trabalho, formadas pela união de diversos profissionais e/ou técnicos que desenvolvam atividade comum, como arquitetos, artesãos, artistas, auditores e consultores, aviadores, cabeleleiros, carpinteiros, catadores de lixo, e outros.

3 – GESTÃO COOPERATIVA

3.1 – A Autogestão

As cooperativas, por seus princípios históricos e suas características legais, têm como um de seus aspectos marcantes a forma como a gestão dos seus negócios é realizada, ou seja, a autogestão e a participação de seus cooperados através do voto direto.

De acordo com Storch (1987) a autogestão envolve não apenas a participação através de representantes, mas também a participação direta. O conceito está ligado à participação e ao controle, e não à propriedade. Para Joyeux (1998):

“(...) a autogestão supõe a abolição da propriedade privada ou do Estado dos instrumentos de produção, e sua transferência aos trabalhadores que têm a posse destes instrumentos, que eles transmitem quando deixam a empresa aos que lhes sucedem. A autogestão supõe a repartição do lucro de produção (...).”

Os cooperados que participam da autogestão assumem não somente a administração coletiva de sua empresa, mas também a responsabilidade pelo sucesso e pelo fracasso do esforço comum. A autogestão, portanto, exige não somente um esforço físico, de presença na cooperativa ou na assembleia, mas, sobretudo, uma participação ativa e intelectual.

Nesse contexto, é necessário esclarecer as diferenças entre autogestão e co-gestão, termos muitas vezes confundidos. Singer (1999) destaca que a participação dos trabalhadores na co-gestão se diferencia da autogestão quando a administração se dá por uma associação deles com os patrões. Ou seja, na co-gestão há uma participação relativa dos trabalhadores na gestão da empresa, que depende da forma como são estabelecidos seus regulamentos. Estes trabalhadores compartilham com os detentores do capital as decisões.

Diante das definições sobre autogestão, os pontos de maior convergência dizem respeito à participação exclusiva dos trabalhadores nas decisões e nos resultados alcançados pela empresa, que pode ou não ser de sua propriedade. Frente a estas definições, deve-se assumir que as cooperativas devem ter seu funcionamento regido pela autogestão, pois as decisões quanto aos negócios e os ganhos alcançados são de responsabilidade exclusiva dos cooperados-trabalhadores (ODA, 2001).

De maneira ampla, tanto na autogestão quanto na co-gestão, o centro está na participação dos trabalhadores, cada qual com sua abrangência em termos do controle e poder sobre as decisões.

3.2 – Princípios Cooperativistas

Os princípios cooperativistas podem ser tidos como a base do cooperativismo. Sua finalidade é de orientação, ou seja, direciona os que querem construir um cooperativismo legítimo e autêntico. Em 1995, foi realizado um congresso comemorativo ao centenário do cooperativismo (Valle, 2002). No evento, além das comemorações dessa data histórica, foram aprovados conceitos e princípios, não muito diferentes daqueles criados pelos pioneiros de Rochdale. A idéia foi apenas de aperfeiçoamento e adequação à nova realidade mundial.

O primeiro princípio do cooperativismo defende a adesão voluntária e livre. As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e dispostas a assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, raça, crenças religiosas e políticas (Veiga, 2001).

O segundo princípio diz sobre a gestão democrática exercida pelos membros, uma vez que as cooperativas são organizações democráticas controladas pelos seus membros, que

participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres eleitos como representantes dos outros membros são responsáveis perante estes.

A participação econômica dos membros é defendida no terceiro princípio. Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente, pelo menos parte do capital que é de propriedade comum da cooperativa.

O quarto princípio fala sobre a autonomia e a independência das cooperativas. Elas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se estas firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem à capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia das cooperativas (SIQUEIRA, 2002).

O quinto princípio resguarda a educação, a formação e a informação de seus membros, dos representantes eleitos, dos dirigentes e dos trabalhadores de forma a que estes possam contribuir de maneira eficaz para o desenvolvimento das suas cooperativas. As cooperativas devem informar o público em geral - particularmente os jovens e os formadores de opinião - sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

A inter-cooperação das cooperativas serve de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais (Zylber, 2002).

O interesse pela comunidade é o sétimo princípio defendido pelas cooperativas. Estas organizações buscam o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

Tais princípios devem nortear a gestão das organizações cooperativas e a sua aplicação é fator determinante para a caracterização da filosofia cooperativista, em contraposição às práticas das organizações capitalistas. Entretanto, Machado e Leite (2002), num estudo sobre gestão participativa em cooperativas agropecuárias, demonstram que a

aplicação dos princípios cooperativos na íntegra ainda é um desafio para parte das cooperativas.

Dessa pesquisa, entende-se, portanto, que podem existir vários níveis de efetiva aplicação e vivência dos princípios cooperativos, sendo a busca da aplicação na íntegra um desafio permanente.

3.3 – Desafios na Gestão Cooperativa

Faz-se necessário, enfatizar a acirrada competição do ambiente em que as organizações cooperativas estão inseridas. As empresas encontram dificuldades para obter sucesso e permanecer no mercado. As cooperativas, por sua vez, também encontram desafios, tendo em vista as suas características próprias e a necessidade de respeitar os princípios cooperativos. Dessa forma, as exigências do mercado tornam a gestão o fator principal, e sobretudo, determinante, na luta constante pela sobrevivência das cooperativas no mercado.

Nesse sentido, Jerônimo, Machado e Maraschin (2004) apontam as dificuldades da gestão estratégica em cooperativas.

“As principais dificuldades de gestão estratégica em cooperativas encontram-se associadas, em linhas gerais, à limitação de recursos, aos problemas relacionados à cultura, e à deficiência na tomada de decisão, em geral influenciado por questões políticas e, por vezes, estruturas organizacionais pesadas.”

De acordo com Gawlak e Ratzke (2001), o sucesso e a sobrevivência das cooperativas estão alicerçados no desempenho das lideranças. A sociedade cooperativa é um agente que contribui para a modernização, uma vez que possibilita a inserção de mais competidores no mercado.

Para Oliveira (2006), “os fatores de influência da liderança nas cooperativas são a supervisão, a motivação, o treinamento, a comunicação, a administração participativa e o comprometimento”.

Neves, Zylbersztajn e Neves (2005), ao abordar o crescimento das cooperativas brasileiras, enfatizam que não são apenas as oportunidades de mercado que estão favorecendo o crescimento dessas cooperativas, mas sim as políticas de gestão adotadas. A implementação de uma administração profissional, pautada em planejamento, melhor dimensionamento e escalonamento de investimentos, treinamento de pessoal em seus mais diferentes escalões, capacitação e agregação de valor, além da prática do espírito cooperativista, fazem com que as cooperativas tenham grandes possibilidades de alcance do sucesso em seu ramo.

Na visão de Oliveira (2006), os principais problemas identificados na gestão das cooperativas são a falta ou o esquecimento da educação cooperativista; a falta de cooperação entre as cooperativas; a aplicação de modelos de gestão centralizados, inadequados; o fato de não saber atuar com a concorrência e a confusão entre propriedade da cooperativa e propriedade de gestão.

De acordo com o mesmo autor, as tendências da administração que favorecem a gestão das cooperativas são relacionadas à abordagem comportamental. Relacionam-se ainda com a perfeita interação entre os diversos sistemas administrativos, a sistemática decomposição dos sistemas e processos em partes numa relação clientes versus fornecedores, a definição dos papéis dos executivos, a necessidade de comprometimento para com os resultados negociados e estabelecidos e o desenvolvimento de métodos e técnicas administrativas.

Considerando os aspectos estratégicos, organizacionais, diretivos e de avaliação, as principais tendências do cooperativismo são:

“(...) o incremento do nível de cooperação entre pessoas, grupos, atividades e regiões; a ampliação e o

fortalecimento do nível de concorrência entre as empresas e as cooperativas enfatizadas pela criação de vantagens competitivas reais, sustentadas e duradouras; o enxugamento das estruturas organizacionais; a questão do tamanho ideal através da evidência de que ser o maior não é ser o melhor; o aumento das fusões entre as cooperativas; o redirecionamento da estrutura de poder; a consolidação da qualidade total que passa a ser considerada uma premissa e não apenas um objetivo a ser alcançado; a aceleração da evolução tecnológica; a redução do ciclo de vida dos produtos e negócios; bem como dos desperdícios; a globalização das atividades das cooperativas; a profissionalização de cooperados e de cooperativas além da sua atuação no novo contexto ecológico.”

(OLIVEIRA, 2006, p. 32).

Podemos entender então que o cooperativismo eficiente economicamente é aquele que será eficaz socialmente, e assim sustentará a democracia e a paz social. Para que as cooperativas se tornem eficientes do ponto de vista econômico e social, é preciso que seus cooperados também sejam eficientes, tenham alto nível de educação cooperativista e que apresentem relações estáveis de fidelidade e isentas de oportunismos contratuais, respeitando os princípios e valores do cooperativismo, inclusive aquele de neutralidade política, religiosa e racial.

4 COOPERATIVAS COMO GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

4.1 – Surgimento das Cooperativas de Trabalho

As primeiras cooperativas de trabalho surgiram na Europa, mais precisamente na França, como frutos da Revolução Industrial no século XIX, e foi em seu país de origem onde apresentaram maior grau de desenvolvimento. Nelas só poderiam ingressar determinada classe de operários braçais. Os serviços especializados ou a comercialização eram atribuídos a terceiros, o que entre outras, foi uma das causas do fracasso de algumas dessas cooperativas (Leite, 1997).

Mais tarde, elas apareceram na Itália e na Inglaterra. As que surgiram na Itália em 1919, foram na sua maioria no ramo da construção e somavam 2.351 cooperativas. Eram cooperativas de trabalhadores braçais como pedreiros, britadores, carregadores e outros que empreitavam obras diretamente. Segundo Ferrari (1999) “merecem ser citadas algumas indústrias cooperativas italianas: a fábrica de vitrais artísticos de Altare, fundada em 1850; fábrica de locomotivas, caldeiras, barcos a vapor, etc., fundada em 1883 pelos grevistas do Estabelecimento Ansaldo; a cooperativa dos pedreiros de Milão, fundada em 1887, que contava com 715 sócios, ficando logo famosa por muitos trabalhos executados, entre estes o cemitério de Musocco”.

No Brasil as cooperativas de trabalho começaram a surgir a partir de 1932, e sofreram grande influência das características das cooperativas operárias de produção europeias, visto que lá já eram bem desenvolvidas. A partir de 1965 começaram a surgir novos tipos de cooperativas de trabalho, principalmente no sudeste e sul brasileiro. Até então, os cooperados eram freqüentemente de mão-de-obra semi-qualificada, trabalhadores braçais como transportadores de carga, motoristas de caminhão, artesão, pescadores, trabalhadores

em edifícios. Outros profissionais como médicos, dentistas, professores universitários, cientistas sociais, jornalistas, escritores, músicos, cineastas, radialistas, artistas, etc, também começaram a se reunir em cooperativas, a fim de solucionar os principais problemas do mercado de trabalho (Maia, 1985).

Desse período em diante, as cooperativas de trabalho passaram a prosperar e a expandir-se para fazer frente às necessidades da população urbana brasileira que, segundo Maia (1985), já era em 1960, 67,57% do total da população.

Esse tipo de cooperativa é até hoje, uma realidade acessível a todos os trabalhadores qualificados ou não que, mediante a associação, desejam encontrar uma forma de trabalho para gerar renda e fonte de subsistência ou também se emancipar do sistema de salários. É uma forma de produzir atraente visto que nela, o lucro que o empresário obtém do trabalho contratado desaparece e o trabalhador associado traz para o grupo uma fonte de renda que passa a ser investida nela e distribuída entre os membros, visando melhoramento das suas condições de vida e seu futuro profissional.

Os princípios de funcionamento são democráticos e de solidariedade. Elegem seus dirigentes entre os associados trabalhadores formando assim, um grupo aceito e não imposto. Buscam a satisfação de seus membros não só nos aspectos econômicos, mas também no social, educativo e humano, investindo em educação básica e formação profissional. Chahad e Menezes (2002), faz uma compilação de algumas definições e características das cooperativas de trabalho. Segundo ele,

a) uma cooperativa de trabalho é uma associação de pessoas que reúnem para trabalhar em comum, com o esforço conjugado de todos, com o fim de melhorar sua situação social e econômica, deixando de ser assalariadas para transformar-se em donas de seu próprio destino, pondo o capital e o trabalho ao serviço do homem, revertendo a modalidade de outros tipos de empresa;

b) uma cooperativa de trabalho é uma fonte de produção ou de prestação de serviços, governada, administrada e desenvolvida unicamente por seus associados trabalhadores, operários técnicos, administrativos ou profissionais, todos com os mesmos direitos e obrigações;

c) uma cooperativa de trabalho é a união de vontades postas ao serviço de uma causa comum que respira a liberdade humana e objetiva conseguir condições de trabalho justas, participação e responsabilidade integral na marcha de sua empresa e de seus resultados econômicos e sociais, dentro da prática da mais pura democracia, que assegura o respeito individual, a ação conjunta, a justiça e a liberdade.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) define as cooperativas de trabalho como sendo aquelas cooperativas de profissionais que prestam serviços a terceiros. Explicando melhor: “são cooperativas de trabalho tanto as que produzem determinado bem (industrial ou artesanal) como aquelas onde a cooperativa desempenha um papel de “administradora” dos serviços fornecidos pelos seus cooperados”.

Enfim, as cooperativas de trabalho se apresentam como uma alternativa que possibilita a inserção, especialmente para aqueles excluídos do mercado de trabalho e sem renda e que, ao mesmo tempo, criam espaços de autonomia e de protagonistas no processo produtivo e empresarial.

Atualmente as cooperativas de trabalho são impulsionadas predominantemente, por duas situações. Uma, para evitar a perda de mais postos de trabalho diante de falência ou extinção da empresa, os trabalhadores se organizam e sob orientação dos sindicatos que os representam, pleiteiam junto aos patrões ou ministério público específico, o controle do patrimônio da empresa para mantê-la produzindo evitando assim, o desemprego iminente, tornando-se um empreendimento auto-gestionado pelos trabalhadores.

Nestes casos, o empenho dos trabalhadores é grande. Entretanto, podem contar hoje com instituições que oferecem apoio e orientação aos grupos interessados, além de sindicatos que também apóiam essas iniciativas.

A outra situação é a que visa possibilitar a reinserção na produção, pessoas que já foram dela excluídas. Com a reestruturação e reorganização do setor produtivo industrial, e a não absorção pelos setores comercial e de serviços de todo o contingente desempregado, além daqueles que chegam pela primeira vez ao mercado de trabalho, desenvolvem-se as alternativas econômicas solidárias, como os projetos alternativos que são associações de produtores, em geral. Estas iniciativas produtivas também contam com apoio para sua formação e desenvolvimento, das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, criadas em importantes Universidades públicas, hoje em torno de 14 incubadoras.

O crescimento desses empreendimentos vêm chamando a atenção também dos poderes públicos municipais e estaduais, que passam a apóia-los e às entidades que assistem as associações e cooperativas. Todos estes esforços se multiplicam à medida que cada vez mais, excluídos descobrem na autogestão e na solidariedade, formas coletivas de reinserção produtiva.

4.2 – Mudanças no Mercado de Trabalho

As transformações no mundo do trabalho continuam a figurar no centro das discussões sobre o capitalismo contemporâneo. Essa constatação não causa surpresa, tendo em vista ser bastante pesado o ônus social vinculado ao agravamento do desemprego e ao aumento da precarização das relações de trabalho. As últimas décadas foram marcadas pelo aprofundamento das adversidades para os trabalhadores, um processo em que sobressaiu à

exclusão, manifestada no desaparecimento de numerosos postos de trabalho e na crescente taxa de desemprego.

As dificuldades também se refletiram no agravamento do caráter precário do trabalho, do que constitui sintoma a multiplicação de trabalhadores em tempo parcial, trabalhadores casuais ou trabalhadores temporários. A crescente precariedade aparece como norma em diversos países, inclusive naqueles em que as taxas de desemprego têm se mostrado comparativamente baixas.

A deterioração nas condições de trabalho tem sido associada às mudanças tecnológicas e organizacionais, vinculadas aos processos de esgotamento do paradigma industrial centrado no binômio taylorismo-fordismo e à busca, intensificada desde os anos 70, de formas de produzir capazes de auxiliar a fazer frente à crise estrutural.

De fato, as tentativas de uso da tecnologia para sair da crise, acabaram resultando na difusão de novas técnicas de processo e produto baseadas na microeletrônica, e geradoras de efeitos que talvez autorizem referência a uma nova revolução tecnológica ou um novo paradigma industrial. Em relação às cooperativas, importa assinalar que o desenvolvimento tecnológico propiciou ganhos de produtividade consideráveis e contribuiu para tornar redundantes enormes contingentes de trabalhadores. Embora sejam várias, em regra, as causas do desemprego, e apesar de nem sempre os estudos apresentarem resultados verdadeiros sobre as relações entre modernização tecnológica e redução de postos de trabalho, é difícil refutar a postulação de que os avanços tecnológicos recentes figuram entre as mais importantes fontes de geração ou agravamento do desemprego.

A análise de Rifkin (1995) sobre a multiplicação dos demitidos é largamente escorada nessa percepção, e segundo seu entendimento, na atualidade, *“a maciça substituição do homem pela máquina forçará cada nação a repensar o papel a ser desempenhado pelos seres humanos no processo social”*. Questão chave é que, na indústria, as inovações

tecnológicas e as associadas inovações organizacionais têm representado grande avanço na flexibilidade.

Aliás, atuar de modo flexível tornou-se palavra de ordem para as empresas frente ao aprofundamento da concorrência. Contudo, o termo “flexibilidade” recobre vários tipos de problemas e pode ser empregado em diferentes níveis de análise, tanto no plano interno das empresas quanto no das relações entre estas e os outros agentes que atuam nos seus espaços de atividades. A busca de maior flexibilidade – impulsionada por diversas mudanças contemporâneas – tende a gerar efeitos diversos.

Geralmente se enfoca a flexibilização pela ótica da capacidade das empresas para responder agilmente às mudanças no mercado, com rapidez na mobilização de recursos e na reorientação do uso de máquinas e equipamentos. Nesta discussão, interessa antes de tudo o problema da flexibilidade no âmbito das relações de trabalho que florescem no bojo das novas formas de organizar a produção, sob o estímulo das transformações econômicas recentes. A flexibilidade nestes termos pode ser vista como reflexo das iniciativas das empresas no intuito de manter ou ampliar a competitividade. Nesse terreno, pode-se perceber que, apesar de algumas expectativas otimistas sobre os efeitos do novo paradigma industrial para os trabalhadores, diferentes tipos de relações profissionais ou de organização do trabalho estão a encontrar espaço. Entre estes figuram alguns que representam um aprofundamento efetivo da precariedade, por conta, entre outras coisas, da crescente subcontratação/terceirização motivada pelo interesse das empresas em reduzir custos.

De fato, observa-se que, no atual contexto as mudanças contratuais acabam por propagar o caráter temporário do trabalho, além da “informalização” das relações. O principal motivo pelo qual o aumento da subcontratação/terceirização representou impulso as formas precárias de trabalho é que as práticas vinculadas são geralmente sinônimas de baixa remuneração e de descumprimento de obrigações legais por parte das empresas, quando não

resultam em ampliação do trabalho informal. Tudo somado, a consequência principal é uma profunda fragilização do núcleo assalariado dos mercados de trabalho.

A disseminação do trabalho realizado em cooperativas no Brasil teve lugar no interior desse contexto francamente desfavorável para os trabalhadores. A rigor, tal crescimento é iluminado quando se lhe associam as mudanças econômicas e institucionais observadas nos últimos anos.

4.3 – As Cooperativas como Opção para as Deficiências do Mercado de Trabalho

Em face das adversidades que resultaram das mudanças econômicas, a proliferação de cooperativas de trabalho no Brasil foi saudada em alguns meios como uma tendência de novas perspectivas para diversos contingentes de trabalhadores (Desórdis, 1996). Essas cooperativas evoluíram de uma condição secundária, para a de segmento de maior dinamismo no universo cooperativista brasileiro, sendo vistas como um tipo inovador de solução para a crise do emprego (Tesch, 1996).

Trata-se de forma de organização claramente estimulada pelos impasses vividos pelo mundo do trabalho: o surgimento e a expansão do trabalho cooperativo nos anos 90 teriam representado

“tentativa de resposta às mudanças provocadas pela reestruturação produtiva, acompanhada da crescente automação e informatização nos processos produtivos, gerando a crise de desemprego. Tais cooperativas constituem igualmente uma oportunidade de renda para os muitos excluídos da sociedade”

Schneider & Vicente, 1996, p. 40

A visão dos estudiosos no assunto é de que há um duplo aspecto a ser considerado na disseminação das cooperativas: o de reação às adversidades crescentes e o de garimpagem de

melhores possibilidades de renda e vida. Dessa maneira, o crescimento do trabalho em cooperativas pode ser interpretado nos termos de uma ação que gera um espaço de defesa, ajuda mútua e solidariedade entre os setores mais frágeis (Tesch, 1995, p. 7).

Admite-se que esse tipo de trabalho não esgota, nem remotamente, o horizonte de possíveis soluções para os problemas do mercado de trabalho. Entretanto, põe-se em relevo que a sua expansão resulta em novas oportunidades de ocupação, criadas com menores custos, com a vantagem adicional de contribuir para a difusão de um sentido de maior solidariedade entre as pessoas.

O ambiente da disseminação das cooperativas de trabalho é o mesmo em que vários grupos de trabalhadores envolveram-se na auto-gestão ou na co-gestão de empresas mergulhadas em dificuldades por conta das mudanças na economia. Singer (1997) faz referência a esse processo, designado por ele como um “novo experimento social” no Brasil, citando os exemplos da Cobertores Parahyba (São José dos Campos), da Facit (Juiz de Fora), da Coopervest (Aracaju) e da CBCA (região carbonífera de Criciúma).

Ao que parece, o fenômeno da tomada do controle de empresas em crise pelos próprios trabalhadores é, além de fator de crescimento da organização cooperativa na esfera da produção, um importante vetor de fortalecimento das esperanças nas possibilidades do cooperativismo. Entretanto, a recuperação de empresas em situação falimentar é só um dos terrenos em que o trabalho cooperativo proliferou, como sublinha Tesch (1995).

Esse tipo de organização tem se enraizado especialmente no âmbito dos movimentos populares, pelas possibilidades de inserção econômica oferecidas aos grupos sociais em piores condições. Note-se que na esfera dos movimentos populares o trabalho cooperativo aparece vinculado à idéia de “*economia solidária*”, uma expressão que evoca sistema onde, por exemplo, empresários de pequeno porte atuam de forma solidária, em meio a políticas

específicas de combate ao desemprego e a condições favoráveis envolvendo crédito, assistência tecnológica e acesso a informações relevantes (Singer, 1996).

Essas contribuições e alternativas para os trabalhadores resultaram no fato de que o trabalho cooperativo fincou raízes como opção a ser privilegiada no Brasil e em outros países, em circunstâncias onde combinam-se grandes carências sociais, acompanhadas de crescente marginalização, e grandes impactos das transformações econômicas contemporâneas. A via cooperativa mostra-se especialmente benéfica, pelo que representa como oportunidade em termos de autonomia dos trabalhadores, em contraste com os vínculos do assalariamento e com a relação com os patrões.

Não menos atraente é o fato de os rendimentos obtidos pelos trabalhadores organizados dessa forma apresentarem proporcionalidade ao que cada associado contribui para o empreendimento coletivo. Assim, mesmo diante das evidências sobre as dificuldades e desafios que pontuam a vivência cooperativa, é difícil recusar a idéia de que constitui fonte clara de benefícios um tipo de instituição cuja finalidade primordial é gerar meios de trabalho, melhorar a remuneração e as condições de trabalho pessoal de seus associados, dispensando a intervenção de um patrão ou mesmo empresário (Tesch, 1995).

4.3- Cooperativas de Trabalho no Brasil

4.3.1 – O Desenvolvimento do Setor

No início da década de 1990, boa parte das cooperativas de trabalho existentes exercia em grande medida a função de prestadoras de serviço, e ainda era pequena a expressividade no total do número de cooperativas.

Este fato estava muitas vezes relacionado com o fato dos próprios trabalhadores ainda estarem atrelados a um comportamento paternalista, em que os trabalhadores tornam-se dependentes da ação do Estado para a resolução das dificuldades encontradas no mercado de trabalho, e marcado pela repressão das décadas anteriores.

Entretanto, este comportamento se reflete na incapacidade dos trabalhadores em perceber que talvez possa existir, entre os próprios assalariados, solução para o enfrentamento dos desafios colocados pelo mundo do trabalho, na medida em que esses dispuserem de um pequeno capital. Existem ainda vários segmentos que poderiam ser citados como o educacional, o de habitacional e o de mineração, que tem atuação mais específica.

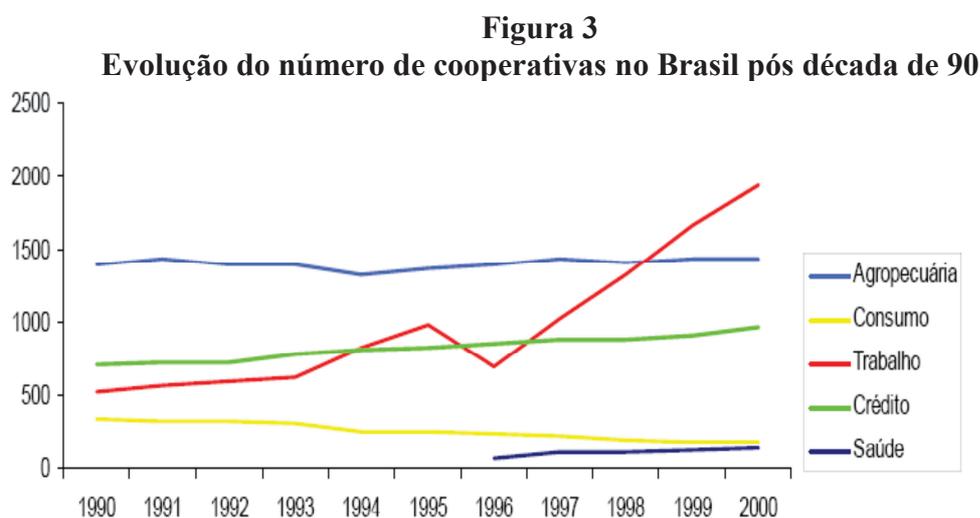
Este tipo de cenário parecia não ser reversível em curto prazo (Hajel Filho, 2003). Porém, o que se vislumbra nos dias de hoje é justamente o contrário. Tanto o movimento cooperativista, quanto as cooperativas de trabalho apresentam-se num processo de expansão.

Os motivos intrínsecos que parecem motivar o crescimento das cooperativas nesta atual fase de transição do sistema-mundo capitalista, não parecem ser muito diferentes daqueles que estimularam o surgimento destas no período em que Rochdale foi fundada. O que se busca nos dias de hoje é o mesmo que os trabalhadores buscavam em meados do século XIX, ou seja, melhores condições de vida e de trabalho.

Diversos autores afirmam que esta visível evolução do número de cooperativas de trabalho na década de 90 está associada tanto ao movimento de precarização das relações de trabalho quanto, principalmente, a expansão do desemprego e do trabalho informal.

Desta maneira, as pessoas que se encontram excluídas no setor formal do mercado de trabalho buscam encontrar alternativas para geração de emprego e renda, e as cooperativas têm se apresentado como uma importante fonte destes fins dentro dos setores populares da economia.

Na década de 90, o número total de cooperativas cresceu de 3440 em 1990 para 6084 em 2000. No mesmo período as cooperativas de trabalho tiveram um crescimento de 528 para 1948, sendo que nos anos 80 não passavam de 313 cooperativas de trabalho e, já a partir de 1999 este segmento torna-se o mais representativo no quadro geral de cooperativas (Vale, 2002). A evolução dos números de cooperativa pode ser analisada na figura a seguir:



Fonte: Vale, 2002.

Dados atuais, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, contabilizam para o ano de 2009 um total de 1746 cooperativas de trabalho, incluindo 287.241 cooperados em suas atividades.

Entre os movimentos que impulsionam a criação de cooperativas de trabalho por meio de trabalhadores excluídos da formalidade, o principal movimento parte daqueles que foram excluídos do mercado formal de trabalho e buscam na força coletiva a construção de alternativas econômicas, através das cooperativas.

3.4.2 – Divergências em Relação ao Papel das Cooperativas

No cenário atual, trabalhadores ainda enfrentam crescentes taxas de desemprego e a informalização das relações de trabalho. Porém é impossível negar a importância das cooperativas no mercado de trabalho brasileiro.

O debate sobre as cooperativas de trabalho apresenta pelo menos duas óticas contrapostas: a que considera o trabalho cooperativo uma real alternativa perante as agruras derivadas das mudanças econômicas recentes e a que enxerga no funcionamento dessas cooperativas um exemplo da crescente precariedade das relações de trabalho.

Pelo fato desse movimento ser tão crescente e significativo, desperta diversos pontos de vista. Vale ressaltar que há posições contrastantes sobre o significado da expansão das cooperativas de trabalho. Como cita Zilber (2002):

“No Brasil, o debate sobre as cooperativas de trabalho parece abrigar pelo menos dois tipos de posições: a que considera tal forma de organização uma possibilidade concreta de enfrentamento da crise do trabalho e a que entende serem as cooperativas de trabalho, no modo como boa parte delas funciona, exemplos de deterioração das condições de trabalho.”

A primeira destas proposições indica a argumentação a ser seguida por grande parte da literatura encontrada a respeito do crescimento do número de cooperativas de trabalho. Como já visto anteriormente, alguns trabalhadores buscam se organizar a fim de suprir suas necessidades de emprego e renda dentro dos setores populares e, ao mesmo tempo, encontrar uma maneira de reagir às dificuldades encontradas no cenário econômico.

Estes trabalhadores buscam, na economia popular e na economia solidária, melhorar suas condições de vida, sendo que as cooperativas de trabalho são, em especial, a forma escolhida por parte destes excluídos do mercado formal de trabalho.

Deste modo, ao mesmo tempo em que estes mantêm sua autonomia e detêm também uma maior visibilidade dos ganhos do seu trabalho, estas cooperativas se apresentam, como um instrumento de construção de outra forma de se fazer economia baseada em ideais mais solidários, e visto por alguns autores com um caráter revolucionário (Ramos, 2000) .

Porém, no que tange à segunda posição, uma visão mais crítica pode ser discutida em referência às cooperativas que não seguem os princípios primordiais do cooperativismo, como o da autogestão. Ramos (2000) ressalta que:

“Não é ocioso assinalar que a multiplicidade dessas experiências coincidiu, de alguma forma, com a entrada em vigor de uma determinação legal que considera não existirem vínculos de emprego entre as cooperativas e seus integrantes e entre estes e as empresas que recorrem a esta fonte de trabalho.”

O que passa a se perceber é que a migração do trabalho assalariado para o autônomo acaba por colocar no mercado, uma forma alternativa eficaz (do ponto de vista o capital) de flexibilizar as relações de trabalho, bem como diminuir assim, os custos fixos pelo uso da terceirização da mão-de-obra oferecida pelas cooperativas de trabalho.

O ponto de vista manifestado por Lima (2005), com base no que vem sendo percebido em setores como os de produção confeccionista e calçadista, pode talvez ser apontado como uma espécie de síntese desse tipo de avaliação.

“Para os trabalhadores, (...) a cooperativa – da forma como está sendo experimentada – representa precarização de suas condições de trabalho pela flexibilização ‘de fato’ das relações de trabalho que acarreta. Pode-se falar de retrocesso frente ao trabalho assalariado e às conquistas dos trabalhadores, que bem ou mal garantem direitos mínimos”

A realidade permite notar uma tendência de substituição do trabalho assalariado pelo trabalho autônomo, disponibilizado através de cooperativas que muitas vezes são criadas para beneficiar empresas interessadas em reduzir custos fixos e em ampliar a flexibilidade no uso

da mão-de-obra. Essa troca caracteriza, por exemplo, a construção civil e atividades do setor agrícola, como a colheita de laranjas. Faz-se notar também em atividades industriais onde até ocorre sob o estímulo de iniciativas públicas implementadas para vitalizar economias locais por meio da atração de empresas.

Em todos os casos, as cooperativas se tornam postos de trabalho carentes de benefícios como férias remuneradas e licenças, entre outros. Portanto, nesse tipo de análise, tais cooperativas despontariam muito mais como opções para as empresas, tendo em vista que facilitam a redução nos custos e o aumento da flexibilidade, e não como alternativas para operários confrontados com as adversidades do momento atual.

3 - CONCLUSÃO

Hoje, com o agravamento da questão social e da exclusão de crescente número de pessoas do processo de produção e distribuição de bens e serviços nas sociedades, a sobrevivência para o trabalhador ficou bem mais difícil. A saída encontrada pela sociedade para tentar minimizar seu sofrimento e suas dificuldades foi a associação em forma de cooperativa.

Neste tipo de sociedade empenha-se um papel em prol de uma economia de serviços e não de lucros, onde o capital é um meio importante para o seu desempenho, mas não um fim em si, como no capitalismo. Esta opção é vista hoje cada vez mais como uma natural consequência do mundo moderno, na tentativa de minorar as graves contradições hoje existentes no social. Um dos principais objetivos das cooperativas é a melhor distribuição de riqueza e renda, através do patrimônio gerado e distribuído entre os próprios trabalhadores

Ao longo do trabalho foi possível verificar que as cooperativas de trabalho representam saídas muito válidas quando o problema principal é o desemprego. Elas têm apresentado um crescimento significativo na economia brasileira, e também na parcela de geração de renda para os trabalhadores.

A convivência coletiva permite que os trabalhadores aprendam um com os outros, dividam seus problemas e seus sucessos, proporciona também segurança, pois sabem que podem contar com o apoio dos demais cooperados. Obviamente há também riscos e inseguranças, por se tratar de situações nunca antes vivenciadas.

Observou-se também que, ao ampliar o horizonte deste estudo, abraçando a abordagem do mundo capitalista, esta evolução das cooperativas de trabalho no Brasil pode ser compreendida como uma resposta à fase de transição do sistema capitalista e da forma

como as transformações no mercado de trabalho se refletem num país semi-periférico como o Brasil.

O que se pode aprender no fim é que a forma cooperativa tem bastante a somar na economia do país, pois é realmente uma alternativa para a população desempregada, e que cada vez mais tem alcançado sucesso no mercado. A conquista é gradativa e está galgando seus primeiros passos, mas pelo que tem se mostrado, tem muito a alcançar futuramente.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Ricardo Paes de – *A Estrutura do Desemprego no Brasil*, 1997. Disponível em: http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/1997/td_0478.pdf, acesso em 08/05/2009.

BUCCI, Maria Paula Dallari. *Cooperativas de habitação no direito brasileiro*. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

CEPAL – *O Desempenho Recente do Mercado de Trabalho*, 2007. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/publicacoes/emprego/Cap1.pdf>, acesso em 12/04/2009.

CHAHAD, José Paulo e MACEDO, Renato - *A Evolução do Emprego no Período 1992-2001: Diagnóstico e Perspectivas*. Relatório de Pesquisa FIPE-MTE, São Paulo, 2002.

CHAHAD, José Paulo e MENEZES, Nestor - *Mercado de Trabalho no Brasil: Salário, Emprego e Desemprego numa era de Grandes Mudanças*. São Paulo, Editora LTR, 2002.

CHAHAD, José Paulo – *Tendências no Mercado de Trabalho*, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102&lng=en&nrm=iso&tlng=pt, acesso em 10/05/2009.

CINTRA, Taisa de Pedro. *Fundamentos jurídicos empresariais: empresa, sociedade e cooperativa*. Trabalho de conclusão de curso. Franca: Universidade Estadual Paulista – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2003.

DEDECCA, Cândido. *Reestruturação Produtiva e Novos Padrões nas Relações Capital-Trabalho*. Rio de Janeiro, Cadernos de Pesquisa CEBRAP, 1994.

FERNANDES, Reynaldo – *Uma Análise da Estrutura do Desemprego e da Inatividade no Brasil*, 1999. Disponível em: <http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view>, acessado em 25/04/2009.

FERRARI, Irany. *Cooperativa de trabalho: existência legal*. São Paulo: LTr, 1999.

GREMAUD, Jorge Martins; VASCONCELLOS, Carlos Albert e TONETO JÚNIOR, Caio – *Política Monetária Brasileira*, 2002. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/decon/VIRTUAIS/eco02209b/pasta/artigos/politicamonetaria.pdf>, acesso em 10/04/2009.

HAJEL FILHO, Ricardo Antônio Bittar. *A precarização do trabalhador rural por meio das Cooperativas de trabalho*. Franca: UNESP, 2003.

JOYEUX, M. *Autogestão, gestão direta, gestão operária*. Brasília: Novos Tempos, 1998.

LEITE, Marcela Moura - *O Trabalho em Movimento: Reestruturação Produtiva no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1997.

MAIA, Isa. *Cooperativa e Prática Democrática*. São Paulo: Cortez, 1985.

MARTINS, Sergio Pinto. Cooperativas de trabalho. São Paulo: Atlas, 2003.

ODA, N. T. Gestão e Trabalho em Cooperativas de Produção: dilemas e alternativas à participação. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

RAMOS, Luís Pacheco - *O Funcionamento do Mercado de Trabalho Metropolitano Brasileiro no Período 1991-2001*. IPEA, Rio de Janeiro, 2000.

REIS, Marcelo - *Choques Setoriais e Desemprego no Brasil*. Tese de Mestrado da PUC - Departamento de Economia, Rio de Janeiro, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza – *Produzir para Viver: Os Caminhos da Produção Não-Capitalista*, 2005. Disponível em: http://www.ptpr.org.br/documentos/pt_pag/Economia.pdf, acesso em 10/05/2009.

SIQUEIRA, Marli Aparecida da Silva. Cooperativas de trabalho: origem evolutiva, constituição, validade, responsabilidades e conseqüências. Franca: UNESP, 2002.

VEIGA, Simone Machado – *Cooperativismo: Uma Revolução Pacífica em Ação*. Rio de Janeiro, FASE, 2001

VALLE, Rogério - *Autogestão: o que fazer quando as fábricas fecham?*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002.

ZILBER, Décio – *Quatro Estratégias Fundamentais para as Cooperativas Agrícolas*, 2002. Disponível em: http://www.pensa.org.br/532007101732ndamentais_Zylbetsztajn_02-017.pdf, acesso em 10/05/2009.